



GUIA CULTURAL AFRO DO SERIDÓ





UFRN – PPGAS, MEC/SESU –
Tronco, Ramos e Raízes! Patrimônio étnico do Seridó



Pesquisa:

Aressa Maira Nascimento Paiva
(graduanda em História – UFRN)

Danycelle Pereira da Silva
(doutoranda em Antropologia Social – UFRN)

Jardelly Lhuana da Costa Santos
(mestra em Antropologia Social – UFRN)

Isa Louise Silva Bezerra
(graduanda em Ciências Sociais – UFRN)

Ismael de Freitas Paiva
(graduando em História – UFRN)

Elementos gráficos:

Louise C. Soares de Sousa
(graduanda em Arquitetura – UFRN)

Saulo Cavalcante
(graduando em Arquitetura – UFRN)

Custódio Jacinto de Medeiros
(Casa de Pedra, Caicó-RN)

Revisão: Helder Macedo (CERES – UFRN)





GUIA CULTURAL AFRO DO SERIDÓ

Coordenação:

Julie A. Cavignac (PPGAS, DAN – UFRN)

Muirakytan K. de Macêdo (CERES – UFRN)

José Clewton do Nascimento (DARQ – UFRN)



Natal | 2018





(c) Copyright 2019 - Editora Flor do Sal

COORDENADORES

Julie A. Cavignac
Muirakytan K. de Macêdo
José Clewton do Nascimento

EDITORES

Flávia Assaf
Márcio Simões

CAPA

Louise Cavignac

ILUSTRAÇÕES

José Clewton do Nascimento

PROJETO GRÁFICO E REVISÃO

Márcio Simões

CATALOGAÇÃO DA PUBLICAÇÃO NA FONTE

BIBLIOTECÁRIO: CAETANO EMANOEL F. COSTA CRB-15/608

G943 Guia Cultural Afro Seridó / Coordenação de Julie A. Cavignac, Muirakytan K. de Macedo, José Clewton do Nascimento ; ilustração de Jose Clewton do Nascimento. – Natal, RN : Flor do Sal, 2019.

72 p. : il. color.

ISBN 978-85-69107-19-4

1. Antropologia Brasileira. 2. Patrimônio cultural - Rio Grande do Norte. I. Cavignac, Julie A.. II. Macedo, Muirakytan K. de. III. Nascimento, José Clewton. IV. Título.

CDD 301.8132





R eflétir sobre os processos de apagamento da presença das populações africanas e afro-brasileiras na história do Seridó é uma tarefa urgente, pois os estigmas e as desigualdades sociais, econômicas e culturais continuam pesando sobre as comunidades quilombolas que lutam pela apropriação e ressignificação de sua memória histórica. Mesmo se existem pesquisas antropológicas e se os documentos estão sendo analisados pelos historiadores, o patrimônio imaterial das comunidades, os monumentos e a história envolvendo heróis negros precisam ser melhor divulgados. O debate deve ser ampliado com o objetivo de atingir um público diversificado, revelar a importância dos grupos na história da região e o protagonismo destes sujeitos históricos.





O **Guia Cultural Afro do Seridó** visa contribuir para esta tarefa, disponibilizando informações sobre a presença afro-brasileira no Seridó e a marca que as populações africanas imprimiram na paisagem cultural. É destinado aos educadores, alunos, curiosos e viajantes que procuram informações sobre o assunto. Visa preencher uma lacuna, tendo em vista que os materiais didático-informativos são raros e que há pouca bibliografia de fácil acesso que sintetize os estudos realizados sobre a presença afrobrasileira no Rio Grande do Norte. O **Guia** foi elaborado pelos integrantes do programa “Tronco, ramos e raízes! Patrimônio étnico do Seridó (RN)”, aprovado pelo PROEXT/UFRN (MEC/SISU), e dá continuidade às ações patrimoniais realizadas desde 2012 no Seridó. A ação enfatiza o combate à discriminação racial e tem como estratégia a valorização do patrimônio histórico-cultural indígena e afro-brasileiro. O projeto foi elaborado em parceria com os integrantes do projeto de extensão “Desenhadores urbanos: um percurso pela história do RN através dos traços” (DARQ/UFRN), acompanhando a filosofia do grupo *Urban Sketchers*¹ e é

1. O projeto *Urban Sketchers* visa incrementar os valores documental, educacional e artístico do desenho de locação, promovendo sua prática e conectando pessoas ao redor do mundo que desenham em suas cidades e em suas viagens. Reúne pessoas interessadas em produzir e compartilhar seus desenhos de locação na *web*, bem como informações e as circunstâncias em que esses desenhos foram feitos.





destinado a ser amplamente divulgado pelos meios impressos e digitais.

Este **Guia** visa ressaltar a importância do registro da memória dos lugares, das comunidades, das irmandades negras, das festas do Rosário, da culinária e do patrimônio em geral, assim como se propõe a divulgar e mostrar as marcas da resistência das populações que sofreram com um processo de dominação secular. Num primeiro momento, são apresentados alguns aspectos gerais da presença afro-brasileira na história e na cultura regional, para depois disponibilizar informações sobre as localidades escolhidas. O **Guia** visa incentivar a visita aos locais descritos, por isso, informações práticas constam no final do texto, com o contato dos artesãos, dos responsáveis ou dos encarregados nas prefeituras.

O **Guia** não tem pretensões à exaustividade: foram escolhidos alguns lugares que concentram esse rico patrimônio cultural para iniciar uma viagem pelo Seridó negro e conhecer aspectos pouco divulgados da cultura do Rio Grande do Norte. Acari, Parelhas (comunidade quilombola da Boa Vista), Jardim do Seridó e Caicó são os municípios nos quais os integrantes do projeto fizeram pesquisa e onde se tem contatos mais regulares. Ao longo do texto, assinalamos a existência de outras localidades que têm uma contribuição nessa história, como é o caso das comunidades quilombolas dos Negros do Riacho (Currais Novos), de Macambira (Lagoa





Nova), Negros do Boinho (Cerro Corá) e as cidades de São João do Sabugi, Ouro Branco, Ipueira, Jardim de Piranhas e Serra Negra do Norte; assim, o **Guia** é uma primeira tentativa de sistematização das informações disponíveis.

O itinerário que propomos do patrimônio cultural afro-brasileiro do Seridó está disponível na internet, no Museu Virtual *Tronco, Ramos e Raízes* (<http://www.cchla.ufrn.br/tronco>), com filmagens dos lugares visitados (<https://www.youtube.com/watch?v=b44N40uyryA>).



Roteiro Cultural Afro do Seridó

(com os principais pontos turísticos) – Louise C. de Sousa (2016)





O SERIDÓ E A PRESENÇA AFRICANA

O que hoje é chamado de Seridó norte-rio-grandense² emergiu como território no âmbito da expansão da economia colonial pelos sertões, na segunda metade do século XVII, após a saída dos holandeses da Capitania do Rio Grande. Produto das atividades pastorícias, a Ribeira do Seridó, primeira denominação geográfica da futura circunscrição seridoense, recobriu também a freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (1748). Nos primeiros momentos coloniais, foi um dos principais cenários das chamadas Guerras dos Bárbaros: confrontos bélicos etnocidas que instituíram a hegemonia do homem branco sobre os nativos (designados pelos colonizadores e tupis como *tapuias*) que opuseram uma forte resistência aos invasores. Tais eventos, ocorridos entre meados do século XVII e as primeiras décadas do século seguinte, iniciaram o processo colonial na região.

Cessada a Guerra dos Bárbaros, o sertão fora esvaziado de grande parte dos indígenas e se povoava com as famílias coloniais que levantaram as

2. O Seridó norte-rio-grandense é composto hoje por 23 municípios: Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte, Currais Novos, Florânia, Parelhas, Jucurutu, Jardim de Piranhas, São João do Sabugi, Ouro Branco, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, São Vicente, São Fernando, Equador, Santana do Seridó, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Lagoa Nova, Ipeueira e Tenente Laurentino Cruz.





fazendas de gado na Ribeira do Seridó, com o concurso de índios e “africanos” escravizados. O Arraial do Queiquó, surgido em 1700 nas proximidades do rio Seridó, deu lugar, em 1735, à Povoação do Seridó. No espaço desta foi criada a freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, em 1748, abrangendo território do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A povoação, que pertencia ao município da Cidade do Natal, emancipou-se em 1788, com a instalação da Vila Nova do Príncipe. Esta passou de vila a cidade com o mesmo nome em 1868 e, em 1890, foi denominada de Cidade do Seridó. Poucos meses depois foi renomeada para o seu nome original, que permanece até hoje: Cidade do Caicó.

Os séculos XVIII e grande parte do XIX viveram sob o império da pecuária. Mas um produto da agricultura já transformava a paisagem dessa “civilização do couro”, usando palavras de Capistrano de Abreu. O algodão encontrou, nos sertões, condições ecológicas, socioeconômicas e políticas para se desenvolver. O Seridó foi aos poucos moldando-se em arraiais, povoados, vilas e, por fim, cidades. Durante a colonização, apesar dos homens brancos terem sido a maior parte dos sesmeiros, donos de fazendas de criar e eles próprios trabalhadores a vaquejar seu gado, a mão de obra escrava foi indispensável, pois a realidade colonial do trabalho forçado penetrava em todos os poros da sociedade e da economia. Muito antes da data ofi-





cial da libertação (1888), escravizados conseguiram sair da condição servil: com suas famílias, ficaram nas terras dos seus antigos amos ou, até depois da Abolição, formaram comunidades cujo núcleo era uma família afrodescendente instalada numa “terra solta”. São as chamadas comunidades quilombolas que hoje reivindicam a posse coletiva das terras ancestrais, invadidas por fazendeiros poderosos e vizinhos inescrupulosos. Para o Seridó, podemos citar três núcleos importantes que entraram com solicitação de regularização fundiária junto ao INCRA: Macambira, em Lagoa Nova; Negros do Riacho, em Currais Novos e Boa Vista, em Parelhas. No entanto, sabemos que existem muitas outras famílias negras que estão presentes há mais de dois séculos em Acari, Ouro Branco, São João do Seridó, Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas, entre outros.

A PRESENÇA AFRO NO SERIDÓ

“O braço escravo era distribuído do seguinte modo: um, carreiro, outro, vaqueiro e dois ou três para os trabalhos de pequena lavoura. As escravas, por sua vez, tinham as seguintes ocupações: uma cozinheira, uma copeira, em regra já libertada pela Lei do Ventre Livre e as demais, fiandeiras” (LAMARTINE, 1965, p. 15).





Na historiografia e literatura regionais, a presença africana no Seridó foi invisibilizada e menosprezada. De fato, a baixa rentabilidade da atividade pastoril nas fazendas não demandou numerosas senzalas mas, como no litoral, o sistema colonial era fundamentado no trabalho servil. A maior parte dos fazendeiros nos sertões do semiárido possuía um conjunto inferior a cinco escravos, quando tinham boas condições financeiras. Existiram algumas exceções como, por exemplo, as fazendas de José Carneiro Machado, em 1774, e a de João Marques de Sousa, em 1791, localizadas na Vila do Príncipe, que chegaram a números notáveis de 10 e 20 cativos, respectivamente. No ano de 1789, a fazenda Belém, localizada em Acari, de propriedade do Sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, tinha 24 escravos; temos o registro de uma das poucas senzalas no Seridó. O Coronel Cipriano Lopes Galvão, que veio de Igarassu, Pernambuco, e se instalou no local que hoje é a cidade de Currais Novos, em 1755, casado com Dona Adriana, que faleceu em Currais Novos em 1793, deixaram para seus herdeiros vinte e quatro escravos (LIMA, 1988, p. 76; ASSUNÇÃO, 2009, p. 58). Manoel Pereira Monteiro da Dinamarca, fazendeiro em Serra Negra nos meados do século XIX, tinha vinte e seis escravos com uma senzala (CUNHA, 1971, p. 231-234).

Para efeito de comparação, no ano de 1823, o Engenho Cunhaú, localizado em território que





hoje corresponde a Canguaretama, o maior engenho da Província, teve um máximo de 83 cativos. Entre 1860-1869, época em que a mão de obra escrava era supervalorizada devido à proibição do tráfico atlântico e na época áurea do algodão, os escravos representavam 34% no valor das posses dos proprietários. O preço dos escravos decaiu vertiginosamente com o processo de desmonte da escravidão em fins do século XIX. Posicionamentos abolicionistas ficaram na história, como o ato de benevolência do vigário Francisco de Brito Guerra, professor, deputado e senador do Império, que no seu testamento (1844), deu a liberdade para três dos seus seis escravos. No entanto, é importante lembrar que a riqueza acumulada com o trabalho servil beneficiou apenas algumas famílias brancas e que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão (1888).

SOLIDARIEDADES NEGRAS

As atividades de criatório e as pequenas lavouras possibilitaram o desenvolvimento de uma população escrava no Seridó, sendo parte importante na formação social do Seridó. Estas atividades viabilizaram relações sociais complexas e laços de parentesco formados por casamentos, compadrios, irmandades, confrarias religiosas e alianças em busca da alforria. Assim, o matrimônio entre escravos, que era incentivado pela Igreja e até por alguns





senhores, possibilitou aos casais cativos não serem separados em tratos comerciais, o que favoreceu a formação de núcleos familiares. A permanência dessas solidariedades e o enraizamento da população negra em territórios coletivos constituem a base para a emergência e consolidação de novas formas de solidariedade.

Muitos escravos lutaram arduamente para conseguir a liberdade. Devido à violência no cativeiro, vários resistiram e fugiram para longe de seus senhores. No jornal *O Assuense*, datado de 15 de setembro de 1867, foi publicado o seguinte anúncio, que retrata uma escrava fugida da Villa do Jardim (hoje Jardim do Seridó):



No dia 21 de junho deste anno fugio da villa do jardim, no Seridó a escrava crioula de nome Severina, da propriedade de Manoel Martins da Farias, a qual tem os signaes seguintes: moça, retinta e não mal parocida; estatura regular, olhos esbranquiçados, beiços grossos, dentes alvos e limados tanto os da maxilla superior, como da inferior: tem um signal feyto em um dos braços, ou de sino salomão ou de alguma outra figura; he bastante ladina e leva nome mudado; cose, laberinta, faz renda e emgoma.

Tendo ja sido presa em Angicos evadiouse da prisão, e consta ter d'ali seguido para o Assú onde foi encontrada armadã de uma faca, levando porção de roupa e dinheiro.

Quem a pegar pode levar a a seu senr. na villa do jardim, ou na cidade uo Assú ao sr. João Carlos wanderley, que será generosamente gratificado.

Jardim 17 de Agosto de 1867.

Fonte: *O Assuense*, n. 25, p. 4, 15 de set. de 1867.





O exemplo de Severina, que tentou fugir em várias ocasiões, mostra o impulso para a liberdade, ainda que conquistada de forma periculosa. Por outro lado, se consultarmos as cartas de alforria da região, perceberemos que a maior parte delas foi conseguida com o esforço dos próprios negros e não como resultado da generosidade dos senhores de escravos. Para o proprietário, o escravo era um bem, como as terras ou os animais que faziam parte integrante do seu capital e constavam no seu inventário, como bens móveis. Em caso de necessidade, o escravo era vendido como qualquer mercadoria.

Desde cedo, existem africanos que conseguem deixar de ser escravos: Manoel Dantas (1961, p. 47) traz a história de “Rosa Maria natural de Angola” que, no início do século XVIII, era casada com o português João Baptista de Oliveira, cujos descendentes vieram para o Seridó fundar a fazenda Barbosa de Cima, na povoação de Caicó. Por sua vez, mesmo em situação de escravidão, os africanos e seus descendentes conseguiam produzir uma espécie de poupança e assim comprar sua liberdade e a de sua família, como é o caso do famoso poeta Fabião das Queimadas, nascido em 1848, originário da região de Santa Cruz, que, com o que ganhou cantando seus repentes, amealhou o suficiente para a compra de sua liberdade.

Poucos sabem que, em 1719 ou 1758, segundo as fontes, no sertão de Piranhas, nas margens do rio São José – hoje Cruzeta –, havia um “crioulo





forro”, Nicolau Mendes da Cruz, que possuía terras (GUEDES, 2006, p. 111; MEDEIROS FILHO, 1981, p. 125; MACEDO, 2013). Na literatura regional, encontramos ainda várias referências a Feliciano da Rocha, liberto, proprietário da fazenda Cacimba das Cabras em Acari, que viveu nos meados do século XVIII (DANTAS, 1941, p. 26-30; LAMARTINE, 1965, p. 56, 99; MEDEIROS FILHO, 1981, p. 125-126; MACÊDO, 2007; MACEDO, 2013). O ex-escravo, nascido e criado em Camaratuba (PB), passou a morar em Acari onde, segundo os cronistas, “criou família” e melhorou de vida:

Antonio Pais (de Bulhões) [...] comprou Feliciano José da Rocha, passou-lhe imediatamente carta de liberdade, entregando-lhe uma de suas melhores fazendas de gado para ser vaqueiro. Feliciano enricou, adquiriu a fazenda Barrentas no Acari, onde morreu em idade avançada, querido e respeitado como um dos homens de bem daquela terra (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 126).

No entanto, precisamos desconfiar da versão da história contada pelos proprietários de escravos ou seus descendentes, preocupados em deixar uma boa imagem e empenhados em limpar a mancha da escravidão.

Poucos anos antes da Lei Áurea, a Lei do Ventre livre (1871) foi aprovada; deu liberdade aos fi-





lhos das escravas nascidos após sua promulgação. Apesar de ser um direito conquistado, a liberdade dada aos recém-nascidos continua aparecendo nos documentos como uma demonstração de devoção e benevolência dos fazendeiros escravocratas que, na véspera da sua morte, pagam suas dívidas com o além (ARAÚJO *et al.*, 2009, p. 190-191).

NEGAR A ESCRAVIDÃO

Após a Abolição, o processo ideológico de branqueamento se generalizou e os antigos donos tentaram apagar a mancha escravocrata, impedindo que os novos libertos afirmassem uma identidade diferenciada e reivindicassem direitos. A reordenação da memória e da história pelas elites locais teve como resultado a invisibilização dos grupos e a negação da diversidade étnica.

Em decorrência deste processo, é sintomático que as manifestações culturais dos descendentes dos africanos sejam tratadas como festas folclóricas, fato que contribui para menosprezar o rico legado cultural e a história de resistência dessas populações. Apesar dessa prática ideológica, as comunidades quilombolas e as famílias afrodescendentes mantêm tradições seculares, sendo protagonistas, por exemplo, das festas de Nossa Senhora do Rosário, nas quais transmitem uma memória do combate à dominação através da Dança do Espontâneo. Apesar de terem auxiliado no controle das po-





pulações dominadas, as irmandades do Rosário são espaços para eclosão de uma memória conflitiva e são as provas vivas da participação da população afro-brasileira na sociedade, símbolos de quase três séculos de resistência.

Diante desse cenário histórico destacamos, de cada município contemplado neste guia, seus patrimônios materiais e imateriais, símbolos da resistência afro-brasileira, como as irmandades, a culinária e os monumentos que assinalam marcas desse passado refletidos no presente, como sugestão para futuras pesquisas e visitas.

A IRMANDADE DO ROSÁRIO NO SERIDÓ

A irmandade do Rosário dos Homens Pretos, na nomenclatura colonial, continua ativa em várias localidades do Seridó, ao contrário de outras regiões do estado; cada grupo tem suas especificidades: as coroas, os ritmos, os passos da dança mudam e são ressignificados. Hoje, as irmandades de Caicó, Jardim do Seridó, Boa Vista e Serra Negra do Norte organizam festas e participam das celebrações realizadas nas outras cidades (CAVIGNAC & MACÊDO, 2014; SILVA, 2016). Esta festividade e a confraria, que data do século XVIII no Seridó, são dois dos maiores patrimônios das comunidades negras instaladas na terra norte-rio-grandense.





HISTÓRIA

No Brasil, as irmandades negras surgiram no século XVII, com os festejos a Nossa Senhora do Rosário, introduzidos pelos jesuítas. Contudo, no Seridó, as primeiras irmandades datam do final do século XVIII. Mesmo sob o controle das autoridades católicas, os festejos incorporaram elementos culturais diversos, como os rituais de coroação dos reis e rainhas do Congo, de inspiração africana

Em Caicó, a primeira confraria negra do Seridó foi criada em 1771. A *irmandade do Rosário dos Homens Pretos* era composta por negros cativos e livres. O *Termo de Aceitação que Fazem os Irmãos das Constituições deste Compromisso* foi assinado no dia 16 de junho de 1771. Nele constam “as constituições do compromisso da irmandade” que deviam ser seguidas e respeitadas por todos os seus membros (CAVIGNAC & MACÊDO, 2014). Nos séculos XIX e XX outros grupos com devoção dirigida a Nossa Senhora do Rosário foram criados na região. Documentos de arquivos e testemunhos orais comprovam a existência dessas irmandades no Seridó potiguar (Jardim do Seridó, Currais Novos, Acari, Serra Negra do Norte, Jardim de Piranhas) e no Seridó paraibano (Santa Luzia e Pombal).

Antes e durante as festividades, as irmandades visitavam casas e fazendas, se apresentavam e pediam donativos para realizar a festa. Ao final da dança, os lanceiros colocavam seu espõões so-





bre o ombro de pessoas da audiência como forma ritualizada de pedir apoio. Além de espaços religiosos, os grupos ligados à irmandade ofereciam solidariedades laicas que arrecadavam fundos, esmolas, pagamento de anuidades, e em raros casos, recolhiam aluguéis de imóveis pertencentes a elas (MACÊDO, 2014, p. 332). Estas reservas monetárias serviam para financiar os cultos, organizar os festejos, comprar alforria – na época da escravidão – e financiar ritos fúnebres dos membros.

No Seridó, a irmandade do Rosário é subdividida em “quatro quarteirões”: Samanaú, Jardim do Seridó, Serra Negra do Norte e Jardim de Piranhas. A de Caicó, mais antiga, é composta pelos confrades espalhados em algumas localidades de onde provinham seus reis e rainhas: Samanaú, São João do Sabugi, Riacho de Fora e Rio do Peixe na Paraíba³. Um sistema de rodízio anual determina qual desses reinados irá indicar reis e juízes.

Apesar das diferenças que existem entre as localidades, em particular no que diz respeito aos ritmos (batuque), às apresentações e aos passos, todas as irmandades continuam sob a coordenação da Igreja Católica e têm uma mesma organização: o tesoureiro, tradicionalmente, devia ser um “homem de bem”, branco, que gerenciava o dinheiro arrecadado e cuidava das despesas e receitas da festa;

3. Segundo Seu Xambaril, Pedro Pereira Cavalcante, os quarteirões continuam funcionando.





hoje não é mais o caso. O cargo dos juizes e dos reis estão divididos em “Perpétuos” e “do Ano”. Os primeiros são substituídos em caso de morte, renúncia ou outro motivo de força maior. Já os cargos anuais são escolhidos pelos membros em um encontro realizado, geralmente, ao término da festa do ano anterior.

Durante a festa do Rosário, um grupo de músicos e “saltadores” apresentam uma coreografia nas ruas da cidade, em busca de arrecadações para a irmandade. Trazem consigo uma lança ou um bastão com fitas coloridas, chamado espontão. Os pífanos (ou pífaros), batusques e tambores acompanham os dançarinos (“negros de pulo”) em cortejo. Tocadores, porta-bandeiras e dançarinos se apresentam também fora da época das festividades religiosas. Reis e juizes se apresentam somente durante o período religioso. Cada localidade tem uma relação diferenciada com a Igreja Católica e desenvolveu suas formas de tocar e de dançar.

Há registro de irmandades do período colonial até os meados do século XX, em Caicó, Currais Novos, Serra Negra do Norte, Acari e Jardim de Piranhas. Escolhemos nos deter nas irmandades de Caicó, Boa Vista e Jardim do Seridó, por continuarem ativas e organizarem festas em outubro e dezembro.





A CULINÁRIA AFRO NO SERIDÓ

É difícil atribuir uma origem a uma manifestação cultural, ainda mais se tratando de alimentação. No entanto, sabemos que a presença afro-brasileira é uma constante nas cozinhas do Seridó, pois são as mulheres negras que foram responsáveis pela transformação dos produtos da fazenda em pratos consumidos até hoje: inventaram uma cultura gustativa que é reconhecida por sua diversidade e sabor.

A alimentação nas fazendas sertanejas tinha como base os produtos da agricultura (feijão, milho, jerimum, arroz da terra, mandioca, cana-de-açúcar), da criação (gado e miunças) e do bioma da caatinga (caças, mel e frutas silvestres). Segundo o historiador da alimentação brasileira, Luís da Câmara Cascudo (1967), alguns elementos da dieta africana e receitas teriam sido adaptados ao contexto brasileiro e teriam influenciado o paladar dos portugueses recém-chegados, como as comidas cozidas e ensopadas, a predominância do açúcar; esses elementos continuam sendo a base da alimentação das famílias até hoje no Seridó. Escolhemos alguns pratos preparados nos municípios visitados, geralmente elaborados por cozinheiras negras, sem, no entanto, poder atribuir uma origem africana aos pratos. Limitamo-nos a indicar os estabelecimentos onde é possível degustá-los.





CAICÓ

A ocupação efetiva da Ribeira do Seridó e a implementação do sistema econômico colonial em torno da criação bovina só foi possível após as guerras contra as populações indígenas, que se estenderam até o final do século XVII.

Caicó era um dos centros do poder colonial. Foi construída uma casa forte para guerrear contra os índios. Importante salientar que os africanos escravizados vieram junto com os primeiros colonizadores portugueses. Uma prova disto é a referência que Dom Adelino Dantas (1961, p. 165) faz à “mãe preta”, Maria Fernandes Jorge (1686-1821), escrava da família do fundador de Caicó, Manoel Fernandes Jorge, que foi sepultada na matriz de Caicó. É a partir do final do século XVIII, com a criação da irmandade do Rosário em Caicó, que a presença afro-brasileira se institucionaliza na paisagem religiosa do Seridó. Hoje, em Caicó, existem vários núcleos familiares afrodescendentes; alguns deles são ligados à irmandade do Rosário, como é o caso de famílias que moram no bairro João XXIII, na zona oeste da cidade, parte da cidade que enfrenta problemas de infraestrutura e violência.

É importante lembrar o nome do músico e fotógrafo negro José Ezelino da Costa (1889-1952), que deixou um acervo de aproximadamente 10.000 fotografias, retratando a sociedade caicoense do início do século XX.





LUGARES E PATRIMÔNIOS

Apesar da importância econômica e cultural dos descendentes dos africanos escravizados, em Caicó há poucos monumentos dedicados a suas memórias.

PRAÇA DA LIBERDADE

A praça da Liberdade, onde era localizado o mercado público, é um marco na história da escravidão na região. Foi o lugar de reunião escolhido pelo movimento abolicionista em Caicó em fins do período monárquico. Ali, os integrantes da Comissão Libertadora dos Escravos no Seridó, entre eles, José Bernardo de Medeiros (1837-1907), se reuniam e discutiam alforrias e outras formas de libertação dos escravos pelas vias legais. Inaugurado em janeiro de 1870, o mercado foi reconstruído ao longo dos anos e reinaugurado no dia 23 de fevereiro de 1918.

A IGREJA

A atual igreja do Rosário de Caicó substitui a Capella de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe, destruída entre 1789 e 1800, segundo Olavo de Medeiros Filho. A data da inauguração da capela não é conhecida: o padre Eymard Monteiro, no seu livro *Caicó*, afirma que corresponde à fundação da freguesia, em 1695. No entanto, essa ideia já está superada pela historiografia seridoen-





se. O que se sabe, a julgar pelo que foi levantado por Olavo de Medeiros Filho e por indícios documentais, é que, ao lado da antiga Casa Forte do Cuó fora erigida uma pequena capela dedicada a Sant'Ana, no final do século XVII (MACEDO, 2011; MACÊDO, 2007).



Com o crescimento da povoação, foi criada a freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, em 26 de julho de 1748. Os fregueses escolheram um novo local para erguer a matriz. Segundo o Padre Francisco Alves Maia, primeiro vigário da recém-criada freguesia, no referido dia foi escolhido lugar mais cômodo, para onde as populações de fiéis poderiam acorrer. Na ocasião da construção da matriz de Sant'Ana – atual Catedral –, a antiga capela passou a funcionar com a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Não se sabe ao certo





por quanto tempo esta capela foi assim utilizada. O fato é que, já em 1771, a reunião para criação da irmandade dos Negros do Rosário de Caicó ocorreu na matriz de Santana, como se a capela do Rosário não fosse mais tão frequentada. Muito provavelmente entre 1789 e 1800, a antiga capela de Nossa Senhora do Rosário foi desativada. Em 1800, no livro de registro de óbitos da freguesia do Seridó, foi registrado o sepultamento do índio Antônio Carlos, casado com a crioula Rosa Maria. O mesmo foi sepultado no “sítio determinado para a capela da Senhora do Rosário”. É provável que este seja o embrião da atual igreja do Rosário, situado à rua Felipe Guerra, centro da cidade de Caicó. A capela foi concluída no ano de 1853, quando a imagem de Nossa Senhora do Rosário foi transferida para seu altar. O visitador Manuel José Fernandes, assumindo a freguesia legada pelo Padre Francisco de Brito Guerra, empenhou grandes esforços para finalizar a igreja.

No frontispício do atual Santuário de Nossa Senhora do Rosário figura a data de 1864; é o ano da remodelação do templo e construção da fachada principal sob a coordenação do mestiço livre Luiz Chermont de Brito (1816-1879), homeopata e tesoureiro da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Príncipe.





NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Segundo Padre Eymard (1975, p. 36), o “mestiço” (ou negro) Tomaz de Aquino Fernandes, nascido em 1805, era natural de Santo Antônio do Recife, Pernambuco. Proprietário da fazenda Bem Fica em Caicó em 1871, era dono de escravos, imaginário (fabricante de imagens santas) e avô de Paulo Imaginário. Entre outras, Tomaz esculpiu a imagem de Sant’Ana que teve suas joias roubadas no fim da década de 1870 por Filipe Antônio de Aquino, também imaginário e pintor. A imagem





primitiva de Nossa Senhora do Rosário data do século XVIII e foi tombada em 1962 pelo IPHAN.

IRMANDADE E ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DOS AMIGOS DOS HOMENS PRETOS DO ROSÁRIO DE CAICÓ

A irmandade de Caicó foi oficializada em 1775, mas já funcionava em 1771, com trinta e quatro integrantes. Hoje, a festa acontece anualmente na terceira semana de outubro, durante dez dias. Representantes das famílias negras, líderes comunitários e religiosos, mantêm vivo este rico patrimônio narrativo, a exemplo de Seu Xambaril, proprietário de restaurante e Seu Possidônio, poeta e líder do grupo, que são os depositários da memória.

Seu Xambaril, da família Bacoco⁴, oriunda da fazenda Samanaú, participa da irmandade desde seus onze anos; tem como antepassado José Nicolau dos Santos, que trabalhava nesta fazenda. Segundo seu relato, os membros da irmandade se preparavam para a festa com trinta dias de antecedência, no mês de dezembro, e a festa do Rosário se tornou maior do que a festa de Sant'Ana, padroeira da cidade. Para não fazer sombra à padroeira, as

4. O escritor Francisco de Assis Medeiros, Seu Chiquinho, lembrou ter conhecido dois membros da família Bacoco: o negro Magno, que morreu num acidente de caminhão, e a liberta Bertuleza, parteira nascida na fazenda Samanaú no final do século XIX.





autoridades decidiram que a festa fosse transferida para o mês de outubro.

Seu Possidônio lembra de Seu Antônio Estevão, que era o depositário da memória sobre o início da festa: foi Manoel do Rosário que criou o grupo em 1752, para acolher os escravos fugitivos e não foi a igreja que foi a origem da festa. Em sua versão, foi feito um grande banquete, com contribuições de fazendeiros, ao som de fole, rabeça, pandeiro, reco-reco e um melê, mas não havia dança. Continuou neste formato até 1773, data em que a igreja criou a irmandade e realizou a primeira festa do Rosário, cujo o motivo foi comemorar a primeira colheita dos libertos. Assim, a dança teria vindo da África e foi incorporada aos festejos por Manoel Vicente Ferreira. Por sua vez, a irmandade do Rosário teria sido criada pela Igreja Católica, com intuito de manter um controle sobre o grupo dos negros do Rosário.

O grupo de negros do Rosário foi criado e recebeu este nome porque o fundador se chamava “Manoel do Rosário”. Ele gostava de rezar e acolheu muitos negros fugitivos em 1752 [...] A irmandade nasceu de uma festa, com a primeira colheita feita após a Abolição, pelos negros livres. (Possidônio Silva).

Seu Possidônio conta ainda que Mãe Justa, escrava, parteira e mãe de leite, doou sua casa para a irmandade, que ficava em frente da igreja do Rosá-





rio; após seu falecimento, a casa não pôde ser mais utilizada. Como a casa do Rosário não existe mais, os membros da irmandade se reúnem na casa dos irmãos durante os períodos festivos.

Hoje, a Associação Comunitária e Cultural dos amigos dos Homens Pretos do Rosário de Caicó, fundada em 2013, funciona independentemente da irmandade religiosa: o grupo organiza missas e reuniões de cunho religioso fora do período da festa, oferece cursos e oficinas na sua sede social, servindo de apoio aos membros da irmandade do Rosário. Localizada no bairro João XXIII, a sede foi construída com recursos próprios pelos responsáveis da associação; é também um memorial da irmandade, pois nela foi criada uma galeria dos Reinados, em 2011, com as fotografias dos primeiros membros da irmandade. A família Mariano, originária do sítio Umari, na fazenda Samanaú, está na origem do grupo: Noé, Pedro Henrique, Manoel Mariano, Pedro Mariano dos Santos (1925–2010), rei perpétuo. Maria Trindade, irmã de Pedro Mariano, hoje com 87 anos, continua a ocupar o cargo de rainha perpétua. O atual rei perpétuo é Rael Mariano dos Santos, com 46 anos, filho de Pedro Mariano. No mesmo ano da fundação da associação, foi criado um grupo cultural composto por crianças e adolescentes: “Os Negros do Rosário Mirim” que se apresentam na sede, em eventos organizados em Caicó, nas cidades circunvizinhas e nas comemorações dos festejos de Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro.





ACARI

Os cronistas que escreveram a história de Acari lembraram apenas a herança lusitana e as sagas dos primeiros colonos. No entanto, a região possui um rico patrimônio arqueológico e histórico (igrejas, o Museu do Vaqueiro, as antigas casas de fazenda) e belos logradouros naturais, como o poço do Felipe. No entanto, a história das famílias negras que fizeram a riqueza da região desde o período colonial e que vivem até hoje em Acari, começou a ser escrita apenas nessa última década. As famílias Nunes, Inácio, Tum, Caicó, Paula, Trajano, Belém, Pereira, Pedro, Higino, Romão, Luta e Félix são lembradas como moradoras das fazendas do município.

Desde a chegada dos primeiros colonos, as famílias negras, escravizadas ou livres, trabalharam nas grandes fazendas de Acari que prosperaram durante a época da cotonicultura. Por exemplo, nas propriedades da família do pai do escritor Manoel Dantas, Manoelzinho do Navio, havia escravos. Depois da Abolição, as famílias Paula e Belém continuaram morando nos sítios Navio, Barrentas, Pedra e Cal e Água Doce. Os antigos donos do Navio⁵ se lembram de Manoel Vicente, Martinho, Profíria, Totonha, Baia, que dava pouso aos tropeiros e que teria deixado uma botija enterrada.

5. As irmãs Ivoneide e Dona Zélia Dantas, viúva de Seu Chiquinho, nos forneceram essas informações. Elas nasceram na fazenda, que ficou ativa até os anos 1945.





Joaquim Belém, cujo pai era escravo e que depois da Abolição ficou morando no Navio, e sua esposa, Mãe Cunça (Conceição), parteira negra, moravam próximo do açude. Manoel Jerônimo, Chico Paulo e seus numerosos filhos, entre eles Isabel e Rita (as Paula), Seu Severino balaieiro, também dos Paula, e Judith (queijeira e lavadeira) são também evocados e, provavelmente, são os descendentes dos africanos trazidos por Caetano Dantas Corrêa, que fundou a fazenda dos Picos de Cima⁶, ou são parentes dos moradores do sítio Belém, pertencendo ao Sargento-mor Felipe de Moura e Albuquerque, que deixou em 1789 vinte e quatro escravos aos seus herdeiros – dentre os quais, quinze tinham menos de 14 anos (GUERRA, 1989, p. 109).

Dona Zélia Tum, Zélia Maria de Lima, artesã e doceira famosa da cidade, da família Pedro (Tum) que nasceu na fazenda Talhado e foi criada por seus avós, é uma das expoentes desta história de lutas, denunciando o racismo que ainda sofrem os seus familiares:

Sebastiana era o nome da minha bisavó, mas todos a conheciam como mãe gorda, ela rezava novena para os santos juninos e também para o Pai Eterno e São Sebastião, que eram santos de sua devoção. Ela era cabocla também, jovem, ajudava crianças para serem alfabetizadas. Meu bisavô era mais conhecido com

6. No seu inventário datado de 1798 aparecem seis escravos.





pai velho, ele era cheio de graça, pretinho, mas com cavanhaque, e que fazia graça para todos rirem. Pela idade tinha o olho claro e eu me lembro dele – olho azulado. Gostava de contar histórias antigas e fazia os amigos rirem. Ele era descendente de quilombola, na época as dificuldades eram muitas. Hoje já é mais fácil para viver, pois temos mais facilidade para o aprendizado, a saúde, garantias de direito e a cidadania (Zélia Tum, *apud* CAVIGNAC & MACÊDO, 2014, p. 323-324).

A exclusão e o preconceito são fatores explicativos da ausência de figuras heróicas negras. Fica registrado apenas o nome de Feliciano José da Rocha, escravo que, segundo Manoel Dantas, teria sido liberto por Antônio Paes de Bulhões, um dos fundadores da cidade. Feliciano, que viveu nos meados do século XVIII, se tornou proprietário das fazendas Barrentas e Cacimba das Cabras em Acari, possuía terras, escravos e muitos filhos. A resistência das famílias negras deveria ter mais destaque na história de Acari (DANTAS, 2001; SILVA, 2014).

LUGARES E PATRIMÔNIOS

Há poucos monumentos da presença afro-brasileira em Acari. A igreja mais antiga do Seridó, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, é um dos maiores patrimônios da história da resistência negra no estado.





A IGREJA



A capela de Acari foi construída originalmente em homenagem a Nossa Senhora da Guia em 1738 pelo “mestiço” Manuel Esteves de Andrade, que tinha a patente de sargento-mor. Foi erguida nas proximidades do Rio Acauã, no Curato do Piancó. O local foi escolhido pela facilidade de acesso à água perene do Poço do Felipe, pouso certo para os viajantes e tropeiros. Após a construção da capela, as casas das famílias abastadas foram sendo implantadas ao seu redor; a povoação cresceu ao redor da capela, com a prosperidade da pecuária e, a partir do século XIX, com a economia algodoeira. A capela passou a ser a matriz de Nossa Senhora da Guia do Acari, em 1835, com a criação da freguesia de mesmo nome, desmembrada de Caicó.

No período entre 1836 e 1840, a capela passou por reformas incentivadas pelo capitão Tomás de Araújo Pereira, resultando na adição de corredores





laterais e de um *patamar* à capela. Em 1865, com o estímulo da população, foi inaugurada a nova igreja matriz, consagrada a Nossa Senhora da Guia. A antiga capela ficou dedicada ao culto de Nossa Senhora do Rosário, aos cuidados da irmandade negra. Na igreja está enterrado Feliciano José da Rocha, rico fazendeiro negro que viveu nos meados do século XVIII e que é lembrado até hoje pelos moradores da cidade (LAMARTINE, 1965, p. 56, 99; MEDEIROS FILHO, 1981, p. 125-126; MACÊDO, 2007; MACEDO, 2013).

A construção, estruturada em tijolos cozidos e argamassa de areia e barro, apresenta fachada ornada por elementos em forma de conchas, coroada por cruz e composta de frontão em volutas e de elementos remetentes ao barroco desenvolvido no período colonial. Além da imagem de Nossa Senhora do Rosário, há estátuas de Santo Ambrósio, São Bento, São Gonçalo, São Miguel, São José e Nossa Senhora da Conceição, todas do século XVIII. São esculturas de destaque em todo o estado.

A capela possui um retábulo no altar-mor em madeira da mesma época, além de um oratório de adornos dourados, onde se encontra a antiga imagem de Nossa Senhora do Rosário de estilo barroco, feita de madeira.

A igreja e o acervo foram tombados pelos IPHAN no ano de 1964; a igreja foi restaurada em 1979 e 1997, sob supervisão da mesma instituição





A IRMANDADE

As origens da festa do Rosário de Acari remontam ao ano de 1867. No entanto, foi somente na década de 1930 que a celebração da festa do Rosário foi fixada entre a última semana de dezembro e o primeiro dia do ano-novo. Até os anos 1970, a festa era organizada pelas famílias Cajazeiras e Beiê, chefe da irmandade nascido em Jardim. A irmandade foi desativada com a morte de Seu Ma-





nel Beie em 1968, mas a memória ainda é preservada e existem tentativas de reativação da irmandade. Na época da festa, os irmãos de Jardim do Seridó, junto com os da Boa Vista, são convidados para se apresentar durante a festa de Acari.

JARDIM DO SERIDÓ

Encontramos várias famílias afrodescendentes em Jardim do Seridó, pois a cidade conheceu uma expansão econômica com a produção algodoeira. Destacam-se os Dantas e os Caçote, que participam da irmandade do Rosário junto com as famílias da Boa Vista.

Jardim aderiu ao movimento abolicionista, criando a Comissão Libertadora Jardinense em 1888, tendo como membro fundador o Padre Luiz Inácio de Moura, negro, junto com o Ten. Cel. José Tomaz de Aquino Pereira, o Capitão Ambrosio Florentino de Medeiros, o Professor Jesuíno Ildefonso de Oliveira Azevedo, José Clemente Barbosa e o padre José Antônio da Silva Pinto (PAIVA, 2016, p.18).

Encontramos algumas alforrias: uma delas datada de 1880, trata de uma escrava de nome Heduvirges que, após a morte do seu senhor, teve sua liberdade cedida pelos herdeiros mediante prestação de serviços; não sabemos quando conseguiu sua libertação definitiva e por quanto tempo ela teve que continuar a trabalhar na casa dos seus amos (PAIVA, 2016, p. 16).





LUGARES E PATRIMÔNIOS



A SANTA

A imagem mais antiga de Nossa Senhora do Rosário data provavelmente da fundação da irmandade (1863). Hoje não é utilizada nas procissões da festa e fica sob a tutela do tesoureiro da irmandade.

A CASA

Durante os festejos, as “famílias do Rosário”, vindo das outras cidades da região ou do país, hospedam-se em uma casa comunitária que foi construída pelos homens da família Caçote, oriunda de Ouro Branco, e por devotos da Boa Vista. O bisavô de Manoel Miguel, Inácio Roberto, carregou nas costas madeiras da serra das Queimadas, no Boqueirão de Parelhas, e outros materiais de construção até Jardim para levantar a casa do Rosário, provavelmente no final do século XIX. Dona Inácia Caçote, nascida em 1916, radicada em Jardim do Seridó, era uma das poucas a reconhecer que





seu pai era escravo; lembrou que ele doou um boi para levantar a casa. Inicialmente, a casa foi construída com um teto de palha e posteriormente foi coberta por telha; atualmente, a casa é zelada pela prefeitura municipal e pelos responsáveis leigos da irmandade. Construída na primeira rua da cidade, a sede da irmandade está situada ao lado da antiga Casa de Cadeia e Câmara, que funcionou também como delegacia municipal e que foi transformada em Casa de Cultura em 2005. A “Casa do Rosário” é o principal marco da história da associação religiosa que une as famílias de Boa Vista, de Jardim e de outros troncos familiares historicamente ligados ao Rosário.

Há pelo menos um século e meio, todos os dias 30 de dezembro, boa parte da Boa Vista se muda para a casa do Rosário em Jardim do Seridó. Em tempos mais recuados a corte levava crianças, trouxas de roupas, mantimentos, galinhas vivas, lenha, panelas, tambores, pífaros, tudo que era necessário para passar os quatro dias longe de casa. A viagem até a cidade, episódio épico lembrado pelos mais velhos, era feita a pé ou no lombo de burro, saindo de madrugada de Parelhas. Ao chegarem à cidade, os membros da irmandade dançavam, tocavam e levavam a procissão até a igreja. Hoje, um ônibus da prefeitura leva os irmãos e seus familiares que deixaram a Boa Vista e que fazem questão de voltar para participar da festa. Nos dias 30, 31 de dezembro e 01 de janeiro, os irmãos tomam as ruas





e fazem a festa religiosa considerada uma das mais importantes da cidade. As famílias são distribuídas pela casa, que mal contém todos os devotos, mas ninguém quer perder a festa, que é preparada com antecedência.



A IRMANDADE

Na cidade de Jardim do Seridó, a irmandade do Rosário festeja anualmente, entre os dias 30 de dezembro e 01 de janeiro, São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário, junto com as famílias da comunidade da Boa Vista que vêm participar da festa. Segundo o historiador Diego Marinho de Góis: “[...] Tal devoção foi transformada em festa em 1863, por Joaquim Antônio do Nascimento, tendo como primeiro batedor de caixa Luiz Joaquim de Santana, tambor-mor Marcelino da Boa Vista e Capitão de Lança Francisco do Logradouro” (GÓIS, 2006, p. 351). Nesse período, a Igreja e o Estado estavam ligados através dos laços do padroado régio. A criação da irmandade do Rosário só aconteceu em 1885.





A irmandade foi criada pelas famílias Caçote e Dantas. Antônio Caçote, pai de Dona Inácia, já participava da irmandade ainda quando era escravo em Ouro Branco, no sítio São Roque; junto com sua esposa, ele teria conseguido comprar sua liberdade com seu trabalho nos campos de algodão⁷. Seu Ludugero, esposo de Inácia Maria da Conceição (1916-2007), exercia a função de Capitão de Lança, responsável por “marcar” o passo da dança e ensinar “o pulo” aos mais jovens. Já a família Dantas, moradores no Sítio São Pedro (Jardim do Seridó), foram os responsáveis pelo reinado da irmandade até os anos de 1930.

Nós aqui somos descendentes de escravos. Meu bisavô era escravo, meu avô era escravo. 1888, quando aboliu a escravidão, aí ele foi liberto, mas também com pouco tempo morreu. Ele passou dois anos, morreu muito novo, meu avô João Dantas. [Durante a festa] Eles podiam ter três dias de férias, de folga, tá entendendo?! Os patrão dele, os senhores dava um boi, matava um boi e dava três dias pra brincar. E depois trabalhar direto, era escravo, né?! Tinha essa festa, é de muitos e muitos anos (Antônio Dantas, Jardim do Seridó, *apud* SILVA, 2016, p. 137).

7. Dona Chica, professora em Boa Vista (Parelhas), informa que escravos originários da Boa Vista foram morar em Ouro Branco.





SERRA NEGRA DO NORTE

Originalmente “Currais dos Espinharas”, a cidade nasceu da fazenda criada em 1728 por Manoel Pereira Monteiro, português que teria construído a primeira capela em homenagem a Nossa Senhora do Ó, em 1735. No seu inventário, datado de 1838, consta que havia muitos herdeiros, além de um grande capital em gado – perto de quatro mil cabeças –, vinte e seis escravos, na maior parte dos casos, jovens e gozando de boa saúde (CUNHA, 1971, p. 231-234)⁸. O nome da cidade teria por origem uma lenda: uma escrava teria sido devorada por uma onça quando foi colher lenha no pé da serra (MEDEIROS FILHO, 1981, p. 264). Segundo o Monsenhor Tércio, os libertos fizeram uma festa em Serra Negra quando souberam da Abolição. Ju-

8. Segundo o historiador e arqueólogo Francisco de Paula Brito: “O testamento do 2º Manoel Pereira Monteiro (filho do fundador) foi redigido em 30/08/1813. Vindo o mesmo a falecer aos 11/09/1820. Portanto, a informação de CUNHA (1971) não procede. Acredito que ele se referia a Manoel Pereira Cangalha (popularmente conhecido), descendente do fundador e que teria sido o homem mais rico daquela região no século XIX. Era proprietário da Fazenda Dinamarca, onde até os anos de 2006 e 2007 resistiam as ruínas da sua casa de morada. Ocasão em que visitei a Fazenda para registrar um sítio arqueológico com gravuras rupestres, durante minhas pesquisas de mestrado em arqueologia” (comunicação via mensagem eletrônica a Muirakytan Kennedy de Macêdo em setembro de 2018).





venal Lamartine (1965, p. 77) relata a libertação de Josefa, escrava de um proprietário brutal de Serra Negra, depois do discurso de um advogado que se comoveu com sua história.

A IGREJA

A igreja do Rosário de Serra Negra substituiu antiga capela construída sob auspício da família Pereira Monteiro, ainda na primeira metade do século XVIII. O templo sofreu reformas que mantiveram traços da época. Sua praça serve de ponto de reunião e comércio, onde se instala uma pequena feira ao redor da igreja matriz aos finais de semana.

A IRMANDADE

A irmandade de Serra Negra do Norte foi fundada em 1871, segundo a tradição. A família Eustáquio, que conserva as coroas do reinado, teve iniciativa de reativar a irmandade em 1990. Geraldo Eustáquio do Silva ou, como era mais conhecido, “Geraldo de Negro Velho”, falecido em 2005, mobilizou esforços para construir a igreja do Rosário que foi inaugurada, ainda incompleta, durante a primeira festa, em 1993⁹. Neste ano, foram

9. Segundo o historiador e arqueólogo Francisco de Paula Brito: “Em 1990 a família Eustáquio, na pessoa de Geraldo Eustáquio da Silva ou, como era mais conhecido, ‘Geraldo de Negro Velho’, procurou o pároco da época, monsenhor João Agripino Dantas, com o intuito de construir uma capela em





coroados os reis Geraldo Eustáquio da Silva e Andreia Sandra da Silva (GÓIS, 2013). Atualmente, Júnior de Lindomar organiza o grupo dos negros do Rosário composto essencialmente por crianças e adolescentes, que se apresenta em outras cidades durante os festejos de Nossa Senhora do Rosário.

honra a Nossa Senhora do Rosário e criar a Irmandade dos Negros do Rosário em Serra Negra do Norte. Quanto à questão da irmandade, João Agripino encaminhou-o ao monsenhor Auzônio Tércio de Araújo (Assistente Eclesiástico da Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó, na época.) Enquanto isso, a paróquia de Nossa Senhora do Ó iniciou um movimento junto a toda a sociedade para a construção da Capela. A Igreja doou um terreno pertencente à paróquia no bairro Ambrosina, zona Oeste da cidade. Em dezembro de 1993 foi celebrada a primeira festa, com a capela em construção, sem telhado e com chão de terra batido. Pelo que pude levantar, a Irmandade não possui estatuto e estaria vinculada à Irmandade dos Negros do Rosário de Caicó. Atualmente, Júnior de Lindomar organiza o grupo dos Negros do Rosário que conta de 50 a 60 membros, na maioria jovens e adolescentes que se apresentam durante a festa e noutros eventos religiosos e culturais do Seridó-RN. Ao longo desses 26 anos a igreja foi concluída e encontra-se bem paramentada com um altar principal dedicado a N. Senhora do Rosário e um altar secundário. Uma praça foi construída e um busto de Geraldo Eustáquio da Silva, falecido em 2005, compõe a área externa do templo.” (Mensagem eletrônica a Muirakytan Kennedy de Macêdo, setembro de 2018).





COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A presença das comunidades quilombolas no Seridó é a maior marca da resistência das populações de origem africana trazidas à força para o Brasil. Apesar da exclusão social, da dependência política e das violências de que foram objeto ao longo da sua história, em particular com o cercamento das terras por fazendeiros vizinhos, os grupos mantiveram a integridade, suas tradições culturais e a memória transmitida por seus antepassados. Com as políticas governamentais iniciadas em 2004, vários grupos solicitaram formalmente a reintegração de posse dos seus antigos territórios conforme a Constituição de 1988, e se mobilizaram na luta para defesa do Decreto 4.887/2003, que garante a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas no Brasil. No entanto, continuam sofrendo com o racismo enraizado na cultura local, fundamentado no preconceito e desconhecimento das especificidades históricas dessas comunidades.

BOA VISTA DOS NEGROS

A Boa Vista é uma comunidade quilombola localizada no município de Parelhas, no pé da Serra do Marimbondo. É um conjunto de moradias rurais (sítio) com unidades domésticas construídas próximas a roçados e rios hoje assoreados. O núcleo da comunidade é composto pela antiga escola, o posto





de saúde, o ponto de cultura e a quadra esportiva onde também são realizados os eventos culturais. Hoje, cerca de 30 a 40 famílias residem no local, com uma média de 150 pessoas ao todo, num território de 445 hectares (após o processo de regularização fundiária). As atividades produtivas (agricultura de subsistência, criação bovina, caprina, porcos e galinhas) são reduzidas devido à desertificação e à falta d'água. Muitos quilombolas migraram para o Sudeste ou para a capital, Natal, e voltam para ocasiões festivas, outros trabalham nas cidades vizinhas. Com a crise no setor cerâmico se acentuando, procuram se empregar na mineração ou nos ateliês de confecção (façções) e várias famílias passaram a morar em Parelhas, onde há um melhor acesso aos serviços, em particular a estabelecimentos de ensino médio. O grupo solicitou a regularização fundiária do seu território quilombola em 2005 e aguarda a finalização do processo em breve. As mulheres se destacam na atuação política, em particular Maria do Socorro Fernandes da Cruz, atual presidente da associação quilombola e Maria das Graças Fernandes (Preta), que acompanhou o processo de regularização fundiária desde o início e tem um papel ativo na organização da festa de Nossa Senhora do Rosário em Boa Vista.





A HISTÓRIA DA BOA VISTA

A Boa Vista é uma antiga fazenda que foi desmembrada. Existem registros de escravos e de negros livres desde o final do século XVIII. Segundo testemunhas, serviu também de refúgio para populações perseguidas, escravos fugitivos e “índios” ou “caboclos”, chamados assim por viverem em meio à natureza selvagem (CAVIGNAC, 2007). Há uma descrição da Boa Vista feita pelo Padre Pinto em 1934 que indica que a comunidade era populosa no início do século XX. Theodôzio, um dos proprietários das terras da Boa Vista, testemunha que havia mais de 500 pessoas morando antes da grande seca, provavelmente a de 1915 (CASCUDO, 1975). Seu Emiliano, Seu Zé Vieira, Seu Manoel Miguel, Dona Chica e Zé de Biu são os detentores da memória da Boa Vista: foram capazes de citar cinco gerações de parentes morando no local, o que corresponde à segunda metade do século XVIII. Corresponderia também ao nascimento de Tereza, uma retirante (negra) refugiada na casa do coronel





Gurjão, onde ficou como empregada doméstica. O coronel, segundo essa versão, teria doado terras a Tereza e seu filho Domingos, iniciando assim a “comunidade de Boa Vista dos Negros”. Os troncos familiares são: Miguel, Vieira e Fernandes da Cruz.

A IRMANDADE

A participação de moradores da Boa Vista na irmandade de Jardim do Seridó é registrada desde da sua criação, em 1863. Conhecidos como “os Negros do Rosário da Boa Vista”, o grupo chefiado hoje por Zé de Biu organiza uma festa própria na terceira semana de outubro de cada ano, na capela construída pelos fiéis de Nossa Senhora do Rosário, e inaugurada em 2014. Participam também ativamente do evento festivo mais antigo e tradicional em Jardim do Seridó, no final do ano¹⁰, com a presença dos dois grupos: o de Jardim do Seridó e o da Boa Vista.

A história sobre a origem da festa mostra a identificação do grupo com a santa:

Nossa Senhora do Rosário foi encontrada em cima de um toco, “no meio do mato”. Foi levada para a igreja da cidade, mas a “santa sempre voltava para

10. Ver os filmes “Rosário Negro”, de Cécile Chagnaud (2015): (<https://www.youtube.com/watch?v=py4v44cJw0>) e “Tambores do Rosário” (2018) dos alunos do PPGAS UFRN (https://www.youtube.com/watch?v=oG_KXm-QILU).





o toco” onde tinha aparecido. Os “padres iam com rezas, hinos e procissão”, reconduzindo a santa para a igreja, mas sempre voltava para o toco. Os padres mandaram os negros batendo tambores e cantando. Esses levaram a santa para uma capelinha pertencendo aos negros e a santa ficou lá para sempre. Mas ninguém sabe onde nem quando esse fato aconteceu (Zé de Bui, apud CAVIGNAC, 2007, p. 110).

Dois lugares históricos importantes para história da Boa Vista deveriam ter sido tombadas pelo IPHAN: a Casa da Pedra (um abrigo sob rocha) e a casa de Theodôzio, a primeira casa de tijolo da Boa Vista. Os vestígios arqueológicos presentes tanto na casa de pedra, como na estrutura da casa de Theodôzio ajudam a reconstruir o passado da comunidade e são marcas da antiguidade da presença das famílias negras.

CASA DA PEDRA

A Casa da Pedra, sítio arqueológico localizado próximo do Saco da Onça e do açude Boqueirão, é uma estrutura mineral que serviu de abrigo em diferentes épocas a indígenas e a escravos fugindo da escravidão¹¹. Severino Miguel, que nasceu em Areia, na Paraíba, no dia 3 de janeiro de 1917, morou na casa com seus pais José Miguel dos Santos, padrinho de Zé de Bui, e Antônia Maria da Con-

11. No local foram encontrados fragmentos de vasilhames





ceição. A família Miguel morou lá até os meados do século XX, antes de se mudarem para Boa Vista ou para o bairro São Sebastião. Conta-se que João Café, antigo morador vindo da Paraíba, teria enterrado um tesouro de grande valor, pois era tão pesado que não podia carregá-lo. Parte da botija foi levada para a serra do Marimbondo, onde foi enterrada e até hoje ninguém a encontrou.



cerâmicos de paredes finas com marcas de queima (cocção), com característico uso utilitário, o que deixa pensar que foi um local utilizado numa época em que já se faziam vasilhames cerâmicos com o processo de torneamento e com a finalidade de se cozer os alimentos.





CASA DE THEODÔZIO

A casa de Theodôzio Fernandes da Cruz, construída no pé da serra do Marimbondo, é uma das mais antigas construções da Boa Vista. De arquitetura simples, foi construída com tijolos, pedras graníticas esculpidas como soleira e batentes de entrada; corresponde ao padrão construtivo da região no final do século XIX. Hoje só restam as ruínas, ameaçadas de desaparecer com o traçado da estrada para Juazeiro. Nas proximidades da casa, encontram-se fragmentos de tijolos, de telhas, pedaços de materiais metálicos, além de restos de madeiramento do telhado e também vestígios de objetos de uso cotidiano, que foram usados antigamente (localização do antigo moinho, fragmentos de vasilhames feitos de vidro e cerâmicos). Os vestígios arqueológicos encontrados no local se somam aos documentos e às memórias para atestar a presença de famílias negras livres no atual território da Boa Vista entre as últimas décadas do século XVIII e o início do século XIX.

Os moradores mais antigos lembram do tempo em que se faziam festas na única casa de tijolos, a casa de Theodôzio, onde aconteciam os eventos importantes, entre outros, as festas, que ficaram na memória dos mais antigos. Havia períodos com abundância de alimentos: caça (preás), comidas de milho e... xiquexique. O patriarca, que tinha uma grande prole, morava na casa maior da Boa Vista, a única que não era de taipa antes da construção





das casas de alvenaria nos anos 1960. Foi esta casa que o Padre Pinto visitou em 1934, quando veio de Carnaúba dos Dantas a cavalo.

Como em outras comunidades quilombolas, as terras da Boa Vista foram invadidas por fazendeiros vizinhos e, até a reintegração de posse em 2014, viviam em menos de 200 hectares. Hoje recuperaram a totalidade do seu território (quase 450 hectares) e a Boa Vista é reconhecida regionalmente pela sua dinâmica cultural, com sua participação na festa de Jardim e sua capacidade de mobilização política.

RIACHO

A comunidade quilombola do Riacho ou “Os negros do Riacho”, como são conhecidos localmente, fica a nove quilômetros de Currais Novos, na zona rural. Uma escultura representando uma panela de barro, marca da principal referência cultural do grupo, com o nome da comunidade, foi instalada ao lado da estrada, indicando o caminho. Receberam a certidão da fundação Palmares em 2007 e o processo de regularização territorial foi iniciado junto ao INCRA somente em 2014. São 35 famílias distribuídas em 42 casas, com uma população aproximativa de 200 pessoas, numa área de 3,6 hectares. Não tem posto de saúde. A liderança comunitária atual é José da Silva.

A comunidade quilombola dos “Negros do Riacho” foi fundada pelo escravo Trajano Lopes





da Silva, “Trajano Passarinho”, no século XIX, nas terras do “Riacho dos Angicos” (ASSUNÇÃO, 1994). O neto de “Trajano Passarinho”, Antônio Lopes, casou-se com “Joana Caboclo”, originária da Paraíba (VIERA, 2015, p. 32). Os primeiros moradores teriam chegado ao local entre o final do século XVIII e o início do século XIX. A comunidade teria se formada em 1867 (ASSUNÇÃO, 2009, p. 60).

Nos anos 1980, foram construídas as primeiras casas de alvenaria. Na época, o mais antigo morador era Damião Lopes (Mião), que nasceu em 1893 e era casado com Maria Isabel da Silva, nascida em 1892. Mião conta que foi seu pai (Tomás Lopes) um dos primeiros moradores a ter chegado ao lugar. Raimundo Soares de Brito (1988, p.19-28) escreve em um artigo do jornal “O Poti” (13/06/1976): nesta época vivam lá 200 pessoas. Em 1988, havia noventa e oito pessoas distribuídas em vinte e dois lares, vivendo em torno de 3,5 hectares de terra. Em 1994, foram construídos 27 casas de alvenaria, um poço artesiano e o centro de reuniões e celebrações, que foi transformado em centro comunitário e sede da associação. Em 2005, obras de infraestrutura foram realizadas e mais 16 casas de alvenaria substituíram as casas de taipa.

Entre as décadas de 1980 e 1990 as atividades de fabricação e comercialização de louças de barro, principalmente potes, eram os principais meios de sobrevivência; eram vendidos na feira de Currais





Novos nas segundas-feiras. A atividade deixou de ter importância no final do século XX e contam-se apenas quatro fornos em atividade. Conflitos internos, ações de cercamento de terras por vizinhos e relações de dependência impediram a solicitação de um território viável para o sustento das famílias quilombolas e atrasou o processo de regularização fundiária. Apesar de ações das Igrejas Católica e Pentecostal desenvolvidas a partir dos anos 1990, e dos programas de auxílios governamentais implementados em 2005, as famílias continuam tendo dificuldades para sobreviver (LIMA, 1988, p. 82; VIEIRA, 2015).

QUEIMADAS, NEGROS DO TOTORÓ OU LUDUGERO

O grupo mantém relações de parentesco com as comunidades do Riacho e de Macambira. A 12 km da cidade de Currais Novos-RN, Queimadas é composto por 12 famílias (65 pessoas) que vivem em apenas 8 hectares, não tem certificação da Fundação Palmares. Em meados do século XX, um fazendeiro teria se apossado de mais de 70 hectares, reduzindo drasticamente a área ocupada pelas famílias. As famílias vivem de atividades produtivas (agricultura e carvão), vendem sua força de trabalho nas fazendas vizinhas e recebem auxílios dos programas governamentais (SILVA, 2016).





MACAMBIRA

Localizada na microrregião da Serra de Santana, nos municípios de Lagoa Nova, Bodó e Santana dos Matos, Macambira conta com aproximadamente 300 famílias distribuídas em 240 casas, com uma população total de 1.200 pessoas numa área de 2,6 mil hectares. A comunidade abrange três municípios: Lagoa Nova, Santana do Matos e Bodó. Se divide em cinco subáreas: Macambira I e II, Cabeça do Ferreira, Cabeça do Ludugério e Buraco da Lagoa. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e pela Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro em 2005, a comunidade solicitou a regularização do seu território junto ao INCRA logo em seguida. Atualmente, o representante comunitário é Vilmário Pereira. Macambira possui duas escolas que pertencem aos municípios de Bodó e de Santana do Matos, mas não tem posto de saúde.

O sítio Macambira já possuía esse nome antes da compra de terras pelo ex-escravo chamado Lázaro Pereira de Araújo, nos meados do século XIX (PEREIRA, 2011). Segundo a história local, Lázaro teve 12 filhos com Maria Joaquina da Conceição e deixou porções de terra iguais para cada um deles, sendo homem ou mulher. São os filhos de Lázaro: Francisco de Paula Araújo, Alexandre José de Araújo, Manoel Antônio de Araújo, José Francisco de Araújo, Joaquim Lázaro de Araújo, Herminigildo Pereira de Araújo, Raimundo Pereira de Araújo, Anna Bernarda de Jesus, Maria Joaquina





de Jesus, Alexandrina Maria da Conceição, Joana Maria da Conceição, Bartholomeu Pereira de Araújo, Ricarda Maria do Amor Divino (PEREIRA, 2011, p. 205).

A primeira casa de farinha da comunidade foi construída por Manoel Firmino dos Santos no início do século XX e há vestígios de extração de minérios no “Barreiro do Pau”. A primeira escola foi erguida no final dos anos 1970, ainda quando o município pertencia a Santana do Matos, pelo Monsenhor José Edson Monteiro, pároco e prefeito da cidade. O novenário de Nossa Senhora de Fátima é a principal festa da comunidade. Os moradores se reúnem na casa de D. Gorete Ludugero, filha do patriarca da comunidade, e trazem flores todas as noites do mês de maio. No dia 31 de maio, as mulheres jovens da comunidade queimam as flores em oferta a Nossa Senhora de Fátima. As missas são celebradas, parte em latim e parte em português, por D. Gorete. A comunidade tem outras festas religiosas: a de Nossa Senhora Aparecida (outubro). Nossa Senhora das Graças (novembro), Santa Luzia (dezembro).

Desde o início do século XX, os moradores de Macambira sofrem de discriminação – são chamados “os negros da Macambira” – e existem conflitos ligados à terra (PEREIRA, 2011, p. 127). Ao longo dos anos, o grupo conheceu conflitos com grandes proprietários locais, em particular nas décadas de 1930-1940, quando houve espoliações e, mais recentemente, com a instalação de uma usina eólica.





CULINÁRIA DO SERIDÓ NEGRO



Gogia ou Pelo (Custódio Jacinto de Medeiros, 2017)

Escolhemos alguns pratos que podem ser degustados no Seridó.

ALUÁ



Abacaxi (Custódio Jacinto de Medeiros, 2017)

O Aluá é uma bebida fermentada feita artesanalmente com a casca do abacaxi e consumida em períodos festivos, sobretudo nas festas juninas. Seu consumo é bastante reduzido hoje.

Ingredientes: casca de abacaxi, rapadura, gengibre, cravo-da-índia, milho.

Modo de preparo: coloque as cascas de abacaxi na água por três dias, acrescente a rapadura, o gengibre e o milho. Coloque os ingredientes em um pote. Enterre-a e deixe repousar durante três dias.





Pode ser adicionado açúcar e cravo-da-índia. Após ferver a mistura, reserve e sirva gelada.

ARROZ-DOCE



Custódio Jacinto de Medeiros, 2017.

O arroz-doce é uma sobremesa servida durante a Semana Santa, assim como na época dos festejos juninos, mas pode também ser servida durante as festas e para as visitas.

Ingredientes: arroz, sal, rapadura preta, creme de leite, coco ralado, canela e erva-doce.

Modo de preparo: o arroz deve ser cozido colocando um pouco de sal; a rapadura preta é derretida em uma outra panela e deve ser coada para retirar as impurezas, o líquido recolhido serve para cozinhar o arroz. Adiciona-se creme de leite, coco ralado, canela, erva-doce. Deixar esfriar e acrescentar canela em pó.

CHOURIÇO

As cozinheiras da Boa Vista são famosas por seus temperos e o Chouriço é preparado em período de festa. É um doce feito de sangue que requer cuidados e muita gente para ajudá-lo:





reúne familiares e vizinhos que irão trabalhar e festejar o dia inteiro. É preciso abater um porco, preparar a carne para o consumo, recolher o sangue, preparar e misturar os ingredientes, mexer e cuidar do cozimento durante horas; homens, mulheres e crianças se dividem nas tarefas. Dona Damiana é conhecida por seu doce na Boa Vista e na região de Parelhas.

Ingredientes: sangue de porco, banha, farinha de mandioca, rapadura, leite de coco e temperos (castanhas, erva-doce, cravo, canela, etc.).

Modo de preparo:

Derreter a rapadura, deixar esfriar e misturar com a farinha de mandioca. Misturar o sangue com uma parte do leite de coco e juntar ao mel de rapadura quando este estiver frio. Bater no liquidificador o restante dos ingredientes, castanhas, amendoins, etc. com o leite de coco.

Juntar os ingredientes num tacho grande, o mel de rapadura frio, a banha e um pouco de sal. Levar essa mistura ao fogo mexendo sempre até a banha flutuar. O tempo de cozimento varia de 4 a 8 horas.



Lata de chouriço e castanhas (Custódio Jacinto de Medeiros, 2017)





FILHÓS

Os filhós eram tradicionalmente preparados no período do Carnaval. Atualmente podem ser encontrados nos dias de festa e é considerado como parte da cultura seridoense. Dona Zélia, exímia cozinheira, aprendeu com sua avô Mãe Gorda. Quem for a Acari pode degustar os filhoses de Dona Zélia, assim como outros doces, como o forrumbá, o doce de coco, o chouriço ou os licores.



Rapadura (Custódio Jacinto de Medeiros, 2017)

Ingredientes: batata-doce, óleo, leite de vaca, coco ralado, um pouco de farinha de trigo, sal, manteiga, mel de engenho.

Modo de preparo: misturar os ingredientes até obter uma massa homogênea. Deixar descansar. Modelar os bolinhos nas mãos e fritar em óleo quente.

Servir com mel de engenho ou rapadura preta derretida temperada com cravo.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Marta Maria de; FIGUEIREDO, Franselma Fernandes de; MEDEIROS Neta, Olívia Moraes de. Reverências à vida terrena e post-mortem (Caicó-RN, século XIX). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 33, p. 179-193, mar. 2009.

ASSUNÇÃO, Luiz. *Os negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social*. Natal: EDUFRN, 2009.

BRITO, Raimundo Soares de. De Hélio Galvão a Adauto da Câmara: uma carta. *Coleção Mossoroense*, série B, n. 521, 1988.

CAVIGNAC, Julie A. A etnicidade encoberta: índios e negros no Rio Grande do Norte. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 4, n. 8, abr./set. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/issue/view/27>>.

CAVIGNAC, Julie (Org.). *Essa terra é da gente. patrimônio, religiosidade e direitos na Boa Vista dos Negros (RN)*. Relatório Antropológico da comunidade quilombola de Boa Vista (RN): complementação. Natal: UFRN/INCRA-RN, 2007.

CAVIGNAC, Julie A. Índios, negros e caboclos: identidades e fronteiras étnicas em perspectiva. O caso do Rio Grande do Norte. In: CAVIGNAC, Julie A; REE-SINK, Edwin; CARVALHO, Maria Rosário de. (Org.). *Negros no mundo dos índios: imagens, reflexos, alteridades*. Natal: EDUFRN, 2011.





CAVIGNAC, Julie; MACÊDO, Muirakytan K. de (Org.). *Tronco, ramos e raízes! História e patrimônio cultural do Seridó negro*. Brasília/Natal: ABA/Flor do Sal/EDUFRN, 2014. Disponível em: < [https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21376/3/Tronco,%20Ramos%20e%20%20Raizes%20\(livro%20digital\).pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21376/3/Tronco,%20Ramos%20e%20%20Raizes%20(livro%20digital).pdf) >.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil (I): cardápio indígena, dieta africana, ementa portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Viajando o sertão*. Natal: Gráfica Manimbu, 1975.

CUNHA, Artéfio Bezerra da. *Memórias de um sertanejo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971.

DANTAS, Manoel. *Homens de Outr'ora*. Edição fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. *A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2006.

GUERRA, Otto de Brito Guerra. *Vida e morte do nordestino, análise retrospectiva*. Natal: Editora Universitária / Fundação Otto de Brito / PROED, 1989.

GÓIS, Diego Marinho de. *Entre estratégias e táticas: enredos das festas dos negros do Rosário em Jardim do Seridó-RN*. Monografia (Graduação em História) –





Departamento de História e Geografia, UFRN, Caicó, 2006.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu Sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LIMA, José Ayrton de. *A escravidão negra no Rio Grande do Norte*. Natal: Cooperativa dos Jornalistas de Natal, 1988.

LOPES, Michele Soares. *Escravidão na Vila do Príncipe: Província do Rio Grande do Norte (1850-1888)*. Natal, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16945/1/MicheleSL_DISSERT.pdf>.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Fontes judiciais do Seridó potiguar sobre a escravidão e suas possibilidades de Pesquisa. *Revista Justiça e História*, v. 4, n. 8, p. 27-53, 2004. Disponível em: <https://www1.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v4n8/doc/02_Helder_Macedo.pdf>.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Índios e mestiços no sertão da capitania do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). *XXV Simpósio Nacional de História*. Simpósio Temático 36: Os índios na História, 13-17 de julho de 2009.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em





História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11596>>.

MACÊDO, Muirakytan K. de. Crime e Castigo: os escravos nos processos judiciais do Seridó. *Mneme, Revista de Humanidades*, v. 4, n. 8, abr./set. de 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/169/159>>.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *Rústicos cabedais*: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó séc. XVIII). Natal: EDUFRN/Flor de Sal, 2015.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *Notas sobre a escravidão nos sertões do semiárido (Seridó – XVIII e XIX)*. [no prelo].

MEDEIROS, Maria Iglê de. *Retratos da dignidade: Negros do Riacho: Identidade, Educação, Fotografia*, 2005/2007. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-graduação em Educação, Natal, UFRN, 2008.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da História do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção Mossoroense, v. 1268).





MELO, Veríssimo de. *Ensaio de antropologia brasileira*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MONTEIRO, Eymard L'E. *Caicó: subsídios para a história completa do município*. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

PAIVA, Liz Coutinho. *Escravidão e Liberdade em Jardim do Seridó (1872-1888)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2265>>.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. *Escravos em ação na Comarca do Príncipe – Província do Rio Grande do Norte (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Natal, UFRN, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/16989/1/ArianeMP DISSERT.pdf>>.

PEREIRA, Edmundo Marcelo Mendes. Comunidade de Macambira: de “negros da Macambira” à associação quilombola. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, v. 3, n. 1, p. 123-260, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/view/37/33>>.

QUINTINO FILHO, Antônio. *História de Currais Novos*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Bruno Goulart Machado. “*Nego véio é um sofrer*”: uma etnografia do subalterno numa irmandade do Rosário. Natal: EDUFRN, 2016.





SILVA, Danycelle Pereira da. *Os fios da memória: presença afro-brasileira em Acari no tempo do algodão*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19868>>.

SILVA, Joelma Tito da. *O riacho e as eras: memórias, identidades e território em uma comunidade negra rural do Seridó potiguar*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2896>>.

SILVA, Severino Dos Ramos da. *Registro de contos e cantos nas comunidades quilombolas do Seridó oriental do RN*. Monografia (Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira), – UFRN, Caicó, 2016. Disponível em: <<http://monografias.ufrn.br/jspui/handle/123456789/2272>>.

VIEIRA, Flávia Maria Silva. *Andanças entre currais, dádivas e políticas públicas: o Programa Brasil Quilombola na comunidade Negros do Riacho em Currais Novos-RN*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Natal, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22833>>.





GUIA PRÁTICO

BOA VISTA (PARELHAS)

Guia local: Paulinho (Paulo Cosme)

Visita e agendamento para visitar a comunidade, a casa de cultura, e trilha até a Casa de Pedra.

Telefone: (084) 996 80 85 99

Presidente da Associação quilombola: Maria do Socorro da Cruz: (084) 999 57 19 41

Preta (Maria das Graças Fernandes):

Salgadinhos por encomenda, refeições para grupos, hospedagem na comunidade.

Telefone: (084) 996 26 00 89

Nemésia Maria Fernandes:

Cozinha a domicílio, encomendas, refeições para grupos.

Telefone: (084) 987 01 04 63 / 999 69 81 23

Iraci da Cruz:

Cozinha a domicílio, encomendas de doces ou pratos salgados.

Telefone: (084) 999 39 12 84 (falar com Suyanne ou Suelma)





ACARI

Guia local: Sérgio Enilton - Historiador

Telefone: (084) 996 19 33 50

Museu Histórico de Acari

Horários de visitação:

Segunda a sexta - 07:30 às 11:30

13:00 às 17:00

Sábados: 08:00  s 11:30

Telefone: (084) 3433-3988

Taxa de visita o: R\$ 3,00

CRAS - Pérolas Negras (artesanato)

Telefone: (084) 3433-3980 (prefeitura)

Dona Zélia: Encomendas de doces, licores, filhoses.

Telefone: (084) 99889-8570

JARDIM DO SERIDÓ

Visita   igreja de Nossa Senhora da Concei o,   casa de cultura e   casa da irmandade.

Prefeitura: (084) 3472-3900

Casa de cultura: (084) 99952-1468





CAICÓ

Prefeitura: (084) 34 21 22 80

Guia turístico: José da Paz Dantas (Paizito)

Telefone: (084) 999 62 46 10

Visita à igreja de Nossa Senhora do Rosário, à casa de cultura, à casa de pedra e à Associação Comunitária e Cultural dos Amigos dos Homens Pretos do Rosário de Caicó.

Visita ao mercado e à feira (aos sábados: café da manhã e buchadas).

Bar do Xambaril

Petiscos (xambaril), refeições.

Rua José Evaristo, 1879, Caicó

Telefone: (84) 999 09 75 43

CURRAIS NOVOS - RIACHO DOS NEGROS

Guia local: José da Silva de Oliveira

Presidente da Associação, guia local e artesão (doce de Gogoia).

Telefone: (084) 9817 22 28 58

Ceramistas: Maria Aparecida Lopes da Silva e Maria Anunciada dos Santos

Telefone: (084) 3412-3814





SERRA NEGRA DO NORTE

Maria Aparecida da Silva (culinária e artesanato)

Contato: (084) 996 68 71 22





